

ANC p 8
10 SET 1987

JORNAL DA TARDE

Constituinte



Sistema de
governo: mais
uma tentativa
de acordo.

Freitas Nobre

Os vários grupos que atuam junto à Comissão de Sistematização e, particularmente, ao relator Bernardo Cabral estão tentando um acordo para o texto relativo ao sistema de governo.

Levando em conta a evidente predominância dos votos parlamentaristas naquela comissão, os que estão comprometidos com a tese presidencialista do Palácio do Planalto passaram a admitir um tipo de parlamentarismo com mais força para o presidente da República.

O relator recebeu a solidariedade do líder Mário Covas relativamente à decisão que tomou de admitir todas as modificações que representarem um consenso dos vários grupos. Quanto às emendas que não obtiverem esse consenso, o relator decidiu, também com o apoio do líder do PMDB na Constituinte, que estas não seriam incluídas no próximo texto substitutivo. Isto quer significar que o atual projeto será mantido como foi apresentado em 28 de agosto por Bernardo Cabral nos dispositivos que não tenham conseguido o entendimento dos grupos.

Os presidencialistas, temendo que o texto relativo ao sistema de governo seja votado na comissão como está, o que torna difícil modificá-lo, pois a decisão é tomada em bloco, ressaltados os destaques, já admitem examinar uma nova fórmula. Esta seria a de conceder ao presidente da República duas e não apenas uma oportunidade de escolher o primeiro-ministro. A proposta vai mais longe, pois, havendo recusa do segundo nome indicado, o presidente ficaria com poderes para dissolver a Câmara dos Deputados e

convocar novas eleições. Nesse caso, como é próprio dos regimes parlamentaristas, o Senado seria mantido com a ampliação das atribuições afetas à Câmara, durante o período da dissolução, ou os deputados permaneceriam em exercício até a posse dos novos eleitos, permitindo-se a inscrição dos que estivessem em exercício.

O presidente Sarney não está confiando nos números que lhe são levados sobre os votos na Comissão de Sistematização. Mesmo o cálculo apresentado pelo ministro da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, segundo o qual o presidencialismo teria pelo menos 47 votos dos 93, que é a composição daquele órgão, não o deixou tranqüilo, até porque o limite de risco é altíssimo. Se a informação fosse precisa, ainda ocorreria a circunstância de que alguns titulares da Comissão de Sistematização poderiam ausentar-se (há vários deles viajando, inclusive para o Exterior) e os suplentes poderiam alterar esse cálculo.

Mas a preocupação do presidente tem maior alcance. As informações que ele recebeu, especialmente do presidente Ulysses Guimarães, que ouviu sobre o assunto os líderes Luiz Henrique, Mário Covas e Fernando Henrique, são em sentido contrário aos dados que lhe foram transmitidos, e os levantamentos realizados pelas lideranças do PMDB demonstram ampla margem de preferência pelo sistema parlamentarista.

A pressão é de tal ordem que o relator foge da Câmara para evitar os contatos. Justifica-se Bernardo

Cabral quanto à acusação de que concorda com todos os que o procuram, constituintes ou não, explicando que se tivesse de argumentar e contra-argumentar, não haveria tempo de sobra para o exame dos milhares de emendas que estão sob seu crivo, aguardando parecer.

Mas alguns constituintes insistem em reclamar junto à comissão e ao presidente Ulysses Guimarães o fato de estarem as reuniões sendo realizadas em geral fora da sede do Congresso, em prejuízo da participação efetiva dos parlamentares e de uma fiscalização mais direta da sociedade quanto à ação lobista dos grupos internos e externos que atuam no sentido de manter ou modificar dispositivos do texto em fase de emendas.

Mas essa, lamentavelmente, não é uma prática nova.

A Constituinte, tanto quanto o Congresso, funciona mais fora de sua sede, e quando as decisões vão ser tomadas, já foram previamente arquitetadas além de suas paredes.

E, quando essas prévias que são decisivas chegam a ser feitas na Câmara, há alguns redutos de pouco acesso que permitem a conversa ao pé do ouvido e a tomada de decisões, como o recinto pouco frequentado da biblioteca do Legislativo, ou algumas salas de pouco uso do Anexo I, junto ao Senado.

Podem os constituintes reclamar com insistência, mas a prática seguramente não vai mudar. Um deles, mais antigo e experimentado, observava para um colega de primeiro mandato: o lobo perde o pêlo, mas não perde o vício.